

Dinheiro desperdiçado



CARLIMBERG DOS SANTOS PRECISA DE REMÉDIOS E EXAMES PARA CONTROLAR A AIDS. COMO ESTÃO EM FALTA NA REDE PÚBLICA, PEDIU DINHEIRO NA RUA PARA FAZER O TRATAMENTO

Ricardo Boba

César Henrique Arrais
Ullisses Campbell
Da equipe do Correio

Mesmo com dinheiro em caixa repassado religiosamente pelo governo federal, o programa de combate à Aids no Distrito Federal não consegue ser eficiente. Em 2000, a Secretaria de Saúde tinha R\$ 1,1 milhão para usar na prevenção à doença e no tratamento dos soropositivos. Em 2001, o governo local conseguiu mais R\$ 1,7 milhão. No entanto, até hoje a Coordenação DST/Aids do DF não utilizou todo esse dinheiro. A soma das sobras das verbas está hoje em torno de R\$ 850 mil, de acordo com relatórios oficiais da União e do GDF. A inoperância na gestão desses recursos fez até com governo local perdesse R\$ 1,5 milhão do Ministério da Saúde (MS) que deveriam ser investidos este ano.

Segundo os técnicos do Ministério, há no DF burocracia excessiva e falta de organização, o que impede rápida aplicação dos

recursos, como acontece nos outros estados. "Parece que as coisas não fluem no DF", afirma Maria Alice Liparelli, assessora da Coordenação DST/Aids do MS.

Os recursos para prevenção e combate da Aids foram repassados em três parcelas previstas num convênio firmado entre os estados e o governo federal que entrou em vigor em 1999 e vai até 2003. Até junho do ano que vem, todas as coordenações de DST/Aids do país vão ter que devolver o dinheiro do convênio que ficou em caixa.

A inoperância local torna-se mais grave porque o Laboratório Central (Lacen) do DF está sem realizar o exame CD-4, que avalia o grau de imunidade dos soropositivos, há dois meses e meio justamente por falta de dinheiro. A chefe do núcleo de técnicas especiais do Lacen, Helena Toledo Fink, disse que já pediu o reagente para esse exame várias

LUTA PELO TRATAMENTO

86%
dos portadores do HIV afirmaram que enfrentam dificuldades para conseguir atendimento na rede pública do DF. O levantamento, com 250 soropositivos, foi feito por uma organização não-governamental

93%
tem muita dificuldade de conseguir medicamentos na rede pública. E pelo menos...

68%
dos pacientes reclamam que não conseguem leitos em hospitais públicos

vezes à Secretaria de Saúde. Ela sempre ouve "não" como resposta. Em outubro, Helena enviou a

todas as unidades de referência de Aids um ofício pedindo para não encaminharem mais pacientes ao Lacen para fazer tal exame. O CD-4 é o teste mais importante para monitorar a agressividade da Aids no paciente.

Além disso, o MS repassa por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) recursos específicos para a realização dos testes. Na última prestação de contas do DF, referentes aos meses abril, maio e junho, sobraram R\$ 18 mil dos R\$ 156 mil fornecidos para o CD-4 e os exames de carga viral.

Para o restante do ano, o GDF recebeu cerca de R\$ 110 mil, o que, segundo a CN DST/Aids, é necessário para a realização de 527 exames por mês — cada soropositivo deve fazer o CD-4 pelo menos a cada semestre. "Estava sobrando dinheiro. Como é que falta exame?", indaga o coordenador adjunto da CN DST/Aids, Alexandre Granjeiro.

A sobra de dinheiro no tratamento da Aids revela ainda outra face dessa contradição. Pelo menos 1,2 mil pacientes soropositivos dependem da farmácia pública do DF para adquirir medicamentos contra doenças oportunistas. Todos eles estão sem remédios há mais de dois meses porque o governo local não tem dinheiro para efetuar compras.

O pintor Carlimberg dos Santos, 42, é paciente soropositivo há 14 anos e, desde que foram suspensos os exames CD-4 no Lacen, sua vi-

da virou um inferno. Os médicos suspenderam o coquetel antiaids porque não é possível avaliar a carga viral do paciente, já que ele não fez o exame. As doenças oportunistas apareceram e não há remédios na farmácia pública para Carlimberg. Ele precisa de sete medicamentos para controlar três doenças e depressão. Na semana passada, ele conseguiu três remédios pedindo na rua.

O assessor especial da Secretaria de Saúde, Mário Sérgio Nunes, garantiu que até o dia 1º de dezembro, Dia Internacional da Luta contra a Aids, o Lacen estará fazendo os exames CD-4. Quanto aos medicamentos, ele disse que as farmácias estarão abastecidas com todos os medicamentos em, no máximo, 15 dias. A coordenadora da DST/Aids do GDF, Maria Josenilda Gonçalves, disse que a tabela fornecida pelo MS está defasada e que não há tanta sobras de recursos assim.

INVESTIGAÇÃO

Suspeita-se que a falta de exames esteja relacionada com a má-administração de recursos na Secretaria de Saúde. Desde terça-feira, uma equipe do Ministério da Saúde faz uma auditoria no setor. Os técnicos visitaram departamentos e foram à Farmácia Central, no SIA. Na manhã de ontem, voltaram ao Departamento de Compras e à Comissão Permanente de Licitação e não encontraram relatórios já localizados. Por medida de segurança, pediram que as salas fossem fotografadas. Para ajudar nas investigações, o promotor Jairo Bisol pede hoje à Secretaria explicações sobre a aquisição de R\$ 12 milhões de medicamentos sem licitação.

Situação limite

As falhas na gestão do programa de Aids no DF estão levando o vendedor aposentado A.R.C., 40 anos, a viver uma situação limite. Há um ano e meio ele descobriu que é soropositivo quando estava internado no Hospital Universitário (HUB) com sintomas de um câncer que ataca doentes de Aids — o Sarcoma de Kaposi.

Um ano depois, já curado do câncer, ele teve uma trombose na perna esquerda e foi de novo atacado pelo sarcoma. O aposentado foi se tratar no Hospital Dia da 508 sul. Para vencer a enfermidade são necessárias pelo menos 16 aplicações quinzenais de quimioterápicos. A.R.C. chegou a fazer sete. Há dois meses, acabou o remédio e o tratamento foi suspenso.

A única solução que resta a A.R.C. é a amputação da perna. Ele, que vive com os pais no Gama e ganha um salário mínimo de aposentadoria, quer a operação para colocar uma prótese. "Não tem o que fazer. É melhor amputar logo", desabafa.

Mesmo com o diagnóstico de amputação, o sofrimento de A.R.C. vai perdurar. O problema é que a cirurgia não pode ser feita sem a realização do exame CD-4, em falta no DF há quase três meses. "Não posso autorizar a operação sem saber o nível da imunidade do paciente", informa a infectologista Eliana Bicudo, que acompanha A.R.C. há seis meses. "Minha sensação é de impotência. Eu nem pude tentar salvar a perna dele."